



# Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 09.313.766/0001-09

**Prezados Acionistas e Administradores,** Apresentamos para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Caruana S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Caruana" ou "Sociedade"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

**Cenário:** O exercício de 2023 começou com um cenário de incertezas após uma eleição presidencial bastante polarizada, trazendo junto a desconforto do mercado em relação as propostas da nova equipe econômica, entretanto, ao longo do ano os indicadores econômicos domésticos se mostraram bem controlados confirmando a continuidade da retomada da economia no 23º ano da pandemia. Para 2024, é esperada uma desaceleração no crescimento em relação a 2023, sendo a principal razão a queda prevista no setor da agropecuária devido a fatores climáticos adversos. Em dezembro de 2023 a S&P elevou o rating do Brasil após aprovação da Reforma Tributária, de BB- para BB, dois níveis abaixo do grau de investimento. Já a perspectiva passou de positiva para estável.

**Inflação:** Expectativa de manutenção da tendência de queda, encerrando o ano de 2024 em 3,81% (3,52% em 2023 e 3,50% em 2026), portanto, abaixo da meta superior -4,5%, e bem inferior ao IPCA acumulado de 2023 de 4,62%. (Fonte: Relatório Focus – 16/02/2024).

**Taxa de juros (Selic):** Com a expectativa positiva de queda dos índices de inflação o cenário permanece favorável à redução dos juros nas próximas

duas reuniões do Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central (de 0,50 ponto percentual cada), ritmo considerado apropriado para manter a política monetária contracionista, projetando Selic em 9,00% no final de 2024 (8,50% em 2025 e 8,50% em 2026). (Fonte: Relatório Focus – 16/02/2024).

**Produto Interno Bruto (PIB):** O mercado elevou sua projeção para o PIB de 2024 para 1,68% (2,00% em 2025 e 2,00% em 2026). (Fonte: Relatório Focus – 16/02/2024).

**Transporte:** O setor de transporte coletivo de passageiros sofreu significativos impactos durante a Pandemia do Coronavírus (Covid-19) devido à queda do número total de passageiros transportados e a obrigatoriedade de manutenção dos altos níveis de oferta para garantir o distanciamento social. Observou-se nesse período, inclusive estendendo-se no primeiro semestre de 2022, o forte apoio do poder público com injeção de recursos nas empresas operadoras de mobilidade urbana por meio de subsídios visando mantê-las em operação (e saudáveis financeiramente), garantindo assim o adequado nível de serviço à população. Importante observar que mesmo se tratando de serviço prestado por entidades privadas, estas apresentam a responsabilidade subsidiária (não solidária) do Estado, ou seja, em outras palavras e em última análise, nos casos de insolvência do concessionário há a responsabilidade subsidiária do poder concedente. O exercício de 2023 confirmou a retomada das atividades do setor, com melhores nos indicadores de desempenho dos operadores. Para o ano de 2024 é esperada a manutenção dos bons indicadores do setor, considerando-se

ainda a demanda reprimida dos anos de Pandemia.

**Resultados:** A Caruana encerrou o exercício de 2023 com um total de ativos de R\$ 1.137.517 mil (R\$ 932.421 mil em 31 de dezembro de 2022), dos quais as operações de crédito representaram R\$ 980.649 mil em 31 de dezembro de 2022), indicando aumento de 47,2% no período. A Sociedade encerrou o exercício com resultado positivo de R\$ 9.116 mil (contra lucro de R\$ 9.664 mil no exercício anterior) e o Patrimônio Líquido encerrou o ano em R\$ 129.149 mil (R\$ 121.358 mil em 31 de dezembro de 2022). Seguindo seu planejamento estratégico, a Caruana tem trabalhado para aumentar suas receitas com prestação de serviços, resultando no crescimento de 23%, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 13.884 mil em 2023 contra R\$ 11.287 mil em 2022). Ainda assim, o resultado foi impactado por investimentos em tecnologia e em despesas voltadas à implantação de serviços de meio de pagamento, direcionados ao setor de transporte de passageiros. O Patrimônio de Referência representou 14,75% dos Ativos Ponderados pelo Risco (RAW), evidenciando assim, ampla margem em relação ao mínimo regulatório exigido pelo Banco Central do Brasil em 31/12/2023. Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, de risco operacional, mercado, liquidez, crédito e socioambiental encontram-se disponíveis ao público no site da Sociedade.

**Destaque:** A Caruana manteve no exercício de 2023 sua classificação de **Investment Grade**, divulgada pela agência **Standard & Poor's**, com manuten-

ção da perspectiva estável. A Sociedade continua em franca operação como Instituição de Pagamento, aumentando ainda mais sua atuação no segmento de varejo por meio da prestação de serviços de pagamento, atendendo ao público alvo do segmento mediante a emissão de cartões pré-pagos e pós-pagos com uma das principais bandeiras do mercado. Atuando de forma conservadora, a Caruana permanece realizando captação de recursos trabalhando em conjunto com ampla base de Corretoras e atuando com distribuição própria, sempre optando pelas emissões sem resgate antecipado, mantendo elevado nível de liquidez. Alinhado a sua estratégia, a Caruana permanece operando com o Fundo Garantidor de Investimento (FGI Tradicional – BNDES), configurando-se como a primeira instituição a ser aprovada dentro dos novos conceitos de habilitação. A Sociedade segue investindo em seus Colaboradores com treinamentos, benefícios e instrumentos que possibilitem sua satisfação no âmbito da organização, pois em conjunto com clientes, fornecedores e sistemas de gestão corporativa de informações, constituem seus maiores valores. **Agradecemos:** Agradecemos aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes para o desenvolvimento e crescimento da Sociedade.

São Paulo, 22 de março de 2024.

**A Administração**

Balancetes Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)	
Ativo	Nota 31/12/2023 31/12/2022
<b>Circulante</b>	<b>623.121 464.846</b>
Disponibilidades	4 621 385
<b>Instrumentos Financeiros</b>	<b>587.853 397.557</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>5 29.997 9.996</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>27.103 25.465</b>
Outros títulos de investimento	6 566 279
Operações de swap	6,1 - -
Vinculados a prestação de garantias	6,2 26.537 24.680
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>33.761 24.283</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>7 491.510 335.767</b>
Sector privado – Empréstimos	342.370 267.233
Sector privado – Financiamentos	172.224 87.143
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(23.084) (18.609)
<b>Outros Créditos</b>	<b>5.482 2.046</b>
Valores a receber relativos a transações de pagamento	7 e 7g 895 823
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7 (15) (13)
Outros valores e bens	9 4.602 1.236
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>34.647 66.904</b>
Outros valores e bens	31 33.313 68.268
(-) Provisão para desvalorização	31 (1.593) (6.627)
Despesas antecipadas	2 2.927 5.263
<b>Não Circulante</b>	<b>514.396 467.573</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>	<b>454.553 402.635</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>5 - - 85.043</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>6 6.762 19.101</b>
Vinculados a prestação de garantias	6 6.762 19.101
<b>Operações de Crédito</b>	<b>7 447.791 298.491</b>
Sector privado – Empréstimos	203.268 196.721
Sector privado – Financiamentos	261.892 114.709
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(17.369) (12.939)
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>3.162 2.372</b>
Despesas antecipadas	3 3.162 2.372
<b>Créditos Tributários</b>	<b>9 e 9a 54.363 59.384</b>
Investimentos	270 513
Outros investimentos	270 513
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>622 667</b>
Outras imobilizações de uso	3 3.371 3.204
(-) Depreciações acumuladas	(2.749) (2.537)
<b>Intangível</b>	<b>1.426 2.004</b>
Ativos intangíveis	7 6.882 7.446
(-) Amortização acumulada	(6.256) (5.442)
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.137.517 932.421</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)						
	Capital Social	Aumento Capital	Reservas de lucros Legal	Reservas de lucros Estatutária	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>123.379</b>	-	-	-	(11.145)	<b>112.234</b>
Homologação de aumento de Capital	-	3.060	-	-	-	3.060
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.664	9.664
Juros sobre capital	-	-	-	-	(3.600)	(3.600)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>123.379</b>	<b>3.060</b>	-	-	<b>(5.011)</b>	<b>121.428</b>
Homologação de aumento de Capital	13a	1.275	-	-	-	1.275
Aumento de Capital	-	3.060	-	-	-	3.060
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.116	9.116
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	456	-	(456)	-
Reserva especial de Lucros	-	-	979	-	(979)	-
Juros sobre Capital	13d	-	-	-	(1.500)	(1.500)
Dividendos Pagos	13c	-	-	-	(1.100)	(1.100)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>126.439</b>	<b>1.275</b>	<b>1.435</b>	-	<b>(129.149)</b>	<b>129.149</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2023</b>	<b>126.439</b>	-	<b>370</b>	-	<b>1.961</b>	<b>128.770</b>
Homologação de aumento de Capital	-	1.275	-	-	-	1.275
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	1.704	1.704
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	86	-	(86)	-
Reserva especial de Lucros	-	-	979	-	(979)	-
Juros sobre capital	-	-	-	-	(1.500)	(1.500)
Dividendos Pagos	-	-	-	-	(1.100)	(1.100)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>126.439</b>	<b>1.275</b>	<b>1.435</b>	-	<b>(129.149)</b>	<b>129.149</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)**

**1. Contexto operacional** – A Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Caruana" ou "Sociedade"), sociedade anônima de capital fechado, situada na Av. do Café 277, 4ª andar conjunto 402 – Torre A, tendo como controladora a Caruana S.A. Participações e Empreendimentos, iniciou suas atividades em 26 de fevereiro de 2008 por meio da autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), publicada no Diário Oficial da União no dia 2 de janeiro de 2008. Em 15 de fevereiro de 2017, fomos autorizados pelo BACEN a prestar serviços de pagamento em arranjos de pagamentos integrantes do Sistema Brasileiro de Pagamentos (SBP), sua modalidade de emissora de moeda eletrônica (PI), possibilitando, assim, sua continuidade como administradora de meios eletrônicos de pagamento, originalmente previsto como atividade complementar em seu objeto social. Os objetivos estratégicos estabelecidos e aprovados pelo BACEN são observados em sua totalidade e consistem na concessão de crédito, financiamento e investimento para o setor de mobilidade urbana, especialmente por meio do crédito direto ao consumidor para financiar a aquisição de ônibus novos e seminovos, bem como na realização de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à sua carteira, de acordo com as disposições legais e regulamentares na condução de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2023, as atividades da Caruana foram pautadas: a) na continuidade e ampliação do Sistema Financeiro Nacional (SOFIN); As estimativas contábeis são determinadas pela Administração considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente. Em aderência ao processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS"), o CPC emitiu diversos pronunciamentos, porém nem todos homologados pelo CMN. Desta forma a Caruana, na elaboração dessas demonstrações contábeis, considera quando aplicável, os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo CMN, quais sejam: a) CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 1.414/12; b) CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; c) CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016; d) CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; e) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016; f) CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; g) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; i) CPC 24 – Evento Subsequente ao Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; j) CPC 25 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; k) CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016; l) CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20; m) CPC 41 – Resultado por Ação – Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Circular BACEN nº3.959/19; n) CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19; e o) CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes – Resolução CMN 4.924/21. **Principais resoluções do BCB que entram em vigor a partir de janeiro de 2023:** Instrução Normativa BCB nº 319, de 04 de novembro de 2022; O Bacen publicou, em 04 de novembro de 2022, a Instrução Normativa BCB nº 2219, que revoga a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, que esclarece aspectos dos procedimentos para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial. Esta Instrução Normativa entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e não houve impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Caruana. **Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros:** Resolução CMN 4.966/21, de 25 de novembro de 2021 – Instrumentos Financeiros. A Resolução CMN nº 4.966/2012 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se: (i) Classificação e Mensuração; (ii) Reconhecimento de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito; (iii) Atualização dos instrumentos por meio da taxa efetiva de juros contábil; e (iv) Reconhecimento de juros por instrumento financeiro ativo em ativo. **Plano de Implementação, estabelecido com base nas definições contidas na Resolução CMN nº 4.966/21, prevê fases a serem executadas durante os exercícios de 2023 e 2024 para implementação a partir de 1º janeiro de 2025.** O plano é composto pelas seguintes atividades, dentre outras: Diagnóstico dos produtos e serviços operados; Avaliação dos processos, políticas, normativas internas e sistemas; Envolvimento das empresas provedoras e processadoras das operações/produtos; Elaboração da modelagem e premissas para perdas esperadas nos instrumentos financeiros; Avaliação pela Diretoria dos modelos de negócios para a gestão dos instrumentos financeiros e; Treinamento e capacitação das unidades envolvidas. A Caruana vem acompanhando o processo de adoção da referida resolução, bem como dos seus impactos nas demonstrações contábeis que serão divulgadas a partir da conclusão da regulamentação. **Lei nº 14.467/2022, de 16 de novembro de 2022:** Altera o tratamento fiscal para as atividades das Instituições Financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. A lei entrará em

Balancetes Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)	
Passivo	Nota 31/12/2023 31/12/2022
<b>Circulante</b>	<b>399.969 311.466</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>	<b>383.300 300.017</b>
<b>Depósitos</b>	<b>280.922 180.869</b>
Depósitos a prazo	10 253.404 151.742
Outros depósitos	10b 27.518 29.127
<b>Recursos de Aceites Cambiais e asse-</b>	<b>10 102.378 119.148</b>
<b>melhados</b>	<b>101.793 116.001</b>
Recursos de aceites cambiais	-
Recursos de aceites letras imobiliárias e assemelhados	585 3.147
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>240 2.335</b>
Transações de pagamento	240 2.335
<b>Outras Obrigações</b>	<b>16.429 9.114</b>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	165 387
Fiscais e previdenciárias	11a 1.727 810
Diversas	11c 14.537 7.917
<b>Não Circulante</b>	<b>608.399 499.597</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>	<b>608.399 499.597</b>
<b>Depósitos</b>	<b>10 566.818 372.894</b>
Depósitos a prazo	10 566.818 372.894
<b>Recursos de Aceites Cambiais</b>	<b>10 8.169 98.449</b>
Recursos de aceites cambiais	7.733 97.630
Recursos de aceites letras imobiliárias	436 819
<b>Dívidas subordinadas</b>	<b>10a 28.800 24.858</b>
Letras financeiras	28.800 24.858
<b>Outras Obrigações</b>	<b>4.612 3.396</b>
Provisão para riscos	11c e12b 4.612 3.396
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>129.149 121.358</b>
Capital Social – (Domiciliado no País)	13 126.439 126.439
Aumento Capital em Homologação	1 1.275 -
Reserva de Lucros	13b 1.435 -
Prejuízo Acumulado	- (5.081)
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.137.517 932.421</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)					
	2º Semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022		
<b>Receitas de Intermediação</b>	<b>95.001</b>	<b>179.046</b>	<b>131.425</b>		
Financeira	7h 88.464	164.569	121.209		
Operações de crédito	6 3.047	6.609	5.423		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5 3.490	7.868	4.462		
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	6 3.490	7.868	4.462		
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	331		
<b>Despesas de Intermediação</b>	<b>(76.858)</b>	<b>(121.020)</b>	<b>(84.903)</b>		
Financeira	10 (56.233)	(105.885)	(79.369)		
Operações de captação no mercado	(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7f (20.235)	(15.135)	(5.534)	
Recursos de operações de crédito	7h e 8b 12.841	13.190	18.864		
Recuperação de Prejuízo – Op. de crédito	7h e 8b 12.841	13.190	18.864		
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	<b>30.984</b>	<b>71.216</b>	<b>65.386</b>		
<b>Outras Receitas/(Despesas) Operacionais</b>	<b>(27.598)</b>	<b>(54.027)</b>	<b>(47.949)</b>		
Receitas de prestação de serviços	14 7.236	13.884	11.287		
Despesas de pessoal	(4.941)	(8.306)	(5.346)		
Outras despesas administrativas	(26.789)	(52.835)	(48.345)		
Provisões para riscos	(290)	(1.442)	(528)		
Despesas tributárias	(2.387)	(4.520)	(3.411)		
Outras receitas operacionais	15a 20	323	913		
Outras despesas operacionais	15b (447)	(1.131)	(2.518)		
<b>Resultado Operacional</b>	<b>3.386</b>	<b>17.189</b>	<b>17.437</b>		
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>(291)</b>	<b>(1.575)</b>	<b>(3.452)</b>		
<b>Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro</b>	<b>3.095</b>	<b>15.614</b>	<b>13.985</b>		
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>18 (1.391)</b>	<b>(6.498)</b>	<b>(4.321)</b>		
Provisão para imposto de renda	(145)	(452)	(2.025)		
Provisão para contribuição social	(96)	(292)	(1.343)		
Impostos diferidos	(1.150)	(5.754)	(953)		
<b>Lucro Líquido do Exercício/Resultado</b>	<b>1.704</b>	<b>9.116</b>	<b>9.664</b>		
<b>Número de Ações – Média Ponderada</b>	<b>83.233.362</b>	<b>83.233.362</b>	<b>80.212.805</b>		
Lucro por Lote de Mil Ações – Básico e Diluído – R\$	3k 20,4739	109,5271	120,4849		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)**

	2º Semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
<b>Lucro líquido no semestre/exercício</b>	<b>1.704</b>	<b>9.116</b>	<b>9.664</b>
Itens que serão reclassificados para o resultado	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>1.704</b>	<b>9.116</b>	<b>9.664</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. **h) Depósitos e letras cambiais/mobiliárias:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro-rata dia. **i) Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o IRPJ determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável e a CSLL pela alíquota de 15% (16% no período de agosto a dezembro 2022). Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre adições e exclusões temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, quando ativos são constituídos pelas alíquotas vigentes nas datas de expectativa de realização. Os créditos tributários serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseadas nas expectativas atuais de realização e consideram os estudos técnicos e análises da Administração, conforme resolução nº 4.842/20 do BACEN. **j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com o pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo CPC, obedecendo aos seguintes critérios: **Contingências ativas** – não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. **Provisões e passivos contingentes** – são

